

# AS FORTIFICAÇÕES DO CERCO DO PORTO 1832-1833

**Sérgio Veludo Coelho (PhD.)**

*Professor Adjunto*

*UTC - Estudos Culturais e Sociais*

*Escola Superior de Educação/Politécnico do Porto*



Intervención de Sérgio Veludo

No contexto do Porto da primeira metade do século XIX, a cidade reinventa-se, após os resultados traumáticos de duas invasões durante a Guerra Peninsular, no seu papel fundamental para a implantação do ideário liberal que se configura com a formação do Sinédrio e o conseqüente movimento de

24 de Agosto de 1820. O liberalismo português, que surge entre convulsões políticas e sociais, consubstancia-se no pensamento e mentalidade do Romantismo que no período pós-Napoleónico havia tomado a Europa, colocando de um lado um sentido épico da Lei e do Direito como governo das nações e do outro regimes autocráticos que haviam sobrevivido aos efeitos da Revolução Francesa e das Guerras Napoleónicas.

Este Cerco do Porto, que decorreu entre 1832 e 1833, permitiu a D. Pedro e ao seu pequeno exército, fortificando-se dentro desta cidade, resistir um ano, enfrentando o exército miguelista, dez vezes superior. A resistência tenaz deste bastião, esmorecendo o adversário, permitiu, em condições mais favoráveis, o avanço sobre a capital, fechando esta primeira fase da implantação do liberalismo em Portugal com a Convenção de Évora-Monte, em 1834. Mas esta prancha tem um objectivo específico dentro dos aspectos gerais do Cerco do Porto e das Guerras Liberais: as memórias das quase desaparecidas estruturas que foram as fortificações levantadas tanto do lado liberal como do lado miguelista. Estas estruturas, foram descritas em memórias esquecidas de velhos documentos manuscritos e impressos, lembradas em toponímias de artérias urbanas e mais recentemente intervencionadas em trabalhos arqueológicos como os casos do Forte da Ervilha e da Casa fortificada do Plácido, ambas situadas em Lordelo do Ouro.

Os relatos e crónicas sobre o Cerco do Porto, entre 1832 e 1833 constituem uma parte importante na historiografia nacional, defendendo diferentes pontos de vista. Na maioria das obras consultadas, assim como em documentos manuscritos e contemporâneos do Cerco do Porto, ressaltam sempre, justificando a sua importância, plasmadas nas memórias da Cidade, as linhas de fortificação e o modo como foram levantadas, dia após dia, nos dois lados desta campanha. Foi uma tendência, até ao fim do século XIX e primeira metade do século XX, dar mais destaque às vitórias liberais e aos seus pormenores, sendo amplamente descritos, o estado e a evolução quotidiana das linhas defensivas de D. Pedro em muitas publicações. Um dos melhores exemplos é a *Chronica Constitucional do Porto* publicada entre 1832-1833 e que, na abertura de cada número, dava conta do quotidiano de D. Pedro, que visitava diariamente as linhas, acompanhando de perto as obras de fortificação, ordenando constantes aperfeiçoamentos na preparação do Porto para um duro e prolongado cerco.

Do lado de D. Miguel levantaram-se, igualmente, extensas linhas de cerco a norte do rio Douro, que assumindo uma forma parecida com uma ferradura, fecharam o Porto nos seus extremos, a oeste, norte e leste. A sul do rio Douro, os miguelistas ergueram também poderosas baterias, como a de Sampaio e

Trovão, que flagelavam as encostas do Porto e o reduto liberal do Convento da Serra.

Desde o desembarque liberal de 8 de Julho de 1832, em Arnosa de Pampelido, que era evidente a desproporção existente entre os dois exércitos antagónicos. Na verdade, o exército de D. Miguel ascendia a quase 80.000 homens em forças de primeira linha, milícias e voluntários, estas últimas memórias das antigas brigadas de ordenanças, espalhados por todo o Reino. Deste vasto efectivo, foram destacados 30.000 soldados, formados em 4 divisões e uma brigada móvel, para vir sitiar o Porto, a partir de Agosto de 1832. Por sua vez, as forças constitucionais não ultrapassavam, inicialmente, os 8.000 homens, entre forças de 1ª linha, voluntários e auxiliares, muitos deles estrangeiros, e não tendo hipóteses de triunfar numa campanha de manobra e movimento, barricaram-se no Porto e na Serra do Pilar, para resistir e aguardar a evolução dos acontecimentos, tanto a nível do apoio dos portuenses como a nível nacional e internacional.

Assim, a partir de Agosto de 1832, o Estado-maior liberal dá a ordem de fortificar a cidade, sendo a tarefa levada a cabo por uma série de engenheiros e sapadores militares sob o comando de Bernardo de Sá Nogueira e José Jorge Loureiro, que mobilizaram tropas e populares para levantamento de trincheiras, redutos, fortes e baterias, além de usarem todos os materiais disponíveis, desde pedra de demolições, madeiras, entulhos e terra. Para artilhar estas linhas de defesa, o exército liberal, para além das três peças ligeiras com que desembarcara em 8 de Julho de 1832 e de algumas outras retiradas dos navios, recorreu às cinquenta peças e dois morteiros depositados no arsenal do Trem do Ouro.

Do lado miguelista quando começaram as suas linhas de cerco tinham a seu favor o tempo, a abundância de materiais e equipamentos, os milhares de homens, soldados e civis requisitados, que levantaram rapidamente baterias, fortes e redutos, de onde partiram as colunas de ataque e os bombardeamentos constantes à cidade. Os miguelistas aproveitaram-se de óptimas posições estratégicas, como o Castelo de Gaia, que não puderam ser guarnecidas pelos liberais devido à minguia de tropas, insuficientes para se fixarem em locais afastados das suas posições na cidade. Perante a situação, D. Pedro e o seu Estado-Maior fazem acelerar o levantamento das linhas defensivas do Porto, sabendo da concentração sucessiva de tropas miguelistas, sob o comando de vários generais.

A 19 de Agosto de 1832, estavam avançadas ou já concluídas as baterias liberais da Lomba, Quinta da China, Bonfim, Sério, Congregados, Aguardente,

Monte Pedral, Carvalhido, Bom Sucesso e Cemitério dos Ingleses. Por falta de homens e de artilharia, os altos da Bandeira, do antigo Castelo de Gaia, da Afurada e da Pedra do Cão, ao sul do Douro, não puderam ser guarnecidas pelos homens de D. Pedro. Assim ficou isolado o famoso reduto do Convento da Serra do Pilar, onde os chamados *Polacos da Serra*, ficaram cercados um ano. Ali ficou conhecido o Brigadeiro José António da Silva Torres (Barão do Pico de Celeiro), que foi nomeado governador e comandante do baluarte a 9 de Setembro de 1832.

Seguindo um conceito enunciado por Bernardo de Sá Nogueira, estas fortificações tornaram-se, em boa parte, redutos fechados, como pequenos fortins, aptos a oferecer resistência em contacto próximo com o inimigo, como por exemplo, a ruptura de flanco. É interessante transcrever o que Bernardo de Sá Nogueira expunha ao Ministro da Guerra, em 28 de Agosto de 1832:

“Para melhor defeza da cidade do Porto seria da maior utilidade que sua Magestade Imperial se dignasse mandar construir, em torno de cada uma das baterias que formam a nossa linha, um parapeito à prova de artilharia grossa, com fosso largo e profundo, e, quando a rocha embaraçasse a abertura d’este, em seu lugar se podiam pôr abatizes, palissadas, fraises, ou outros meios, combinados ou separados. D’esta sorte as baterias se tornariam redutos fechados, espécie de fortificação a mais apropriada às nossas circunstâncias, porque enfim, diz o Marechal de Saxe que ella offerece o melhor meio de occupar muito terreno com poucas tropas. As linhas de Lisboa em 1810 1811 e as que o marechal Soult fez construir nas Fronteiras da França em 1813 e 1814 compunham-se principalmente de redutos. As guarnições de obras fechadas pela gola, recebendo ordem de sustentarem um sítio, como esperam, não se retiram nem fogem, quando o inimigo penetra a linha de defeza, ou mesmo quando toma uma das obras que a formam. Não succede assim nas baterias abertas, porque às suas guarnições a primeira ideia que se lhes apresenta é de se retirarem, quando o inimigo penetrou em certa parte da linha, pelo receio de serem torneadas e atacadas pela gola.”

Ao analisarmos a *Collecção de Plantas e Perfiz das fortificações referidas à Carta Geral das Linhas dos exércitos Libertador, e Rebelde no Sítio do Porto* da autoria do Coronel Engenheiro Moreira, verificamos que existiam muitos redutos e baterias construídos sob esse conceito. São exemplos o reduto do Pinhal e o Forte da Luz, na estampa nº 2; reduto do Pastelleiro e a “Flecha dos Mortos”, na estampa nº 3; reduto de Wanzeller e reduto do Monte Branco, na estampa nº 4; reduto das Medalhas e reduto do Cobêllo, na estampa nº 6; reduto das Antas (Direita) e Bateria da Lomba, na estampa nº 8; reduto de Campanhã, na estampa nº 9; reduto da Arrábida, na estampa nº 10. Todos estes exemplos dizem respeito às fortificações liberais.

Mas o exército miguelista também parecia ter levado em conta esta maneira de elaborar pontos fortificados. São exemplos o reduto de Bulgos e Forte de D. Miguel, na estampa nº 11; reduto de Serralves, reduto do Monte de Castro e Forte da Ervilha, na estampa nº 12; reduto da Ponte de Rio Tinto, na estampa nº 13; reduto de Val-Bom, reduto do Oiteiro do Tim, reduto do Verdinho, na estampa nº 14; reduto do Pinhal de D. Leonor, reduto do Trovão, reduto da Fonte Santa, Bateria Alta e Baixa de S. Payo, e reduto do Cabedello, na estampa nº 15; reduto do Padrão Novo de Vilarinho, Acampamento do 5º de infantaria, na estampa nº 16; reduto da Pedra do Cão, na estampa nº 17. Todos os outros perímetros eram pontos abertos, mas quase sempre protegidos pelas linhas de defesa e forças de Infantaria. Em forças de assédio, como o exército miguelista, a abundância de redutos deveu-se à necessidade de bloquearem as ofensivas das tropas liberais, impedindo-as de romperem o cerco. Já que as tropas de D. Miguel não entravam, as de D. Pedro também não podiam sair, pelo menos por terra, e mesmo a barra do Douro era severamente flagelada pelas baterias colocadas ao Sul do Douro e pelas posições erigidas no areal do Cabedelo. Contudo, as forças liberais levaram a cabo pequenos ataques, chegando a atravessar o Douro para atacar pontos miguelistas no lado sul do rio, tentando cumprir objectivos tácticos como a apreensão de pipas de vinho do Porto, ou o reforço às tropas do Brigadeiro Torres, cercadas na Serra do Pilar.

Apesar das contrariedades, quando se chegou ao fim do mês de Agosto, as entradas do Porto, pelo lado oeste, estavam defendidas pelas baterias de Massarelos (Bicalho e Arrábida), já quase concluídas. Igualmente em fase de acabamento estavam as baterias da Lomba, da Quinta da China, que cobriam o lado leste da cidade. Em construção estavam as baterias da Torre da Marca, Virtudes, Vitória, Postigo do Sol, Fontainhas, Prado do Bispo e Seminário, encarando o lado sul do rio Douro, para dar a necessária cobertura ao reduto do Convento da Serra do Pilar. No norte da cidade, estavam já estabelecidas as baterias do Sério (D. Pedro e D. Maria II), Monte dos Congregados, Aguardente, Monte Pedral, Senhora da Guia, Bom Sucesso e Cemitério dos Ingleses. E gradualmente estes pontos fortificados foram sendo ligados por fossos, paliçadas, estacarias e abatises, estes nas entradas da cidade para, sobretudo, quebrarem ataques de cavalaria. Por detrás destas linhas fortificadas, estavam batalhões de voluntários, tropas de linhas e caçadores, que secundavam na defesa o esforço dos artilheiros ou vice-versa, quando a infantaria realizava assaltos e raides para atacar e destruir obras de fortificação dos miguelistas.

No mês de Agosto de 1832, com o Porto e o Convento da Serra do Pilar sob cerco, já a linha entre o Bonfim e a Aguardente, que ainda não estava concluída, foi atacada no dia 25 por uma forte coluna miguelista que avançou sobre os pontos fortificados de Aguardente e Congregados. As baterias lá posicionadas ripostaram, fazendo-os recuar.

No decurso deste esforço de defender a cidade, o reduto da Serra do Pilar ia-se fortificando sob o assédio contínuo do exército de D. Miguel, estando constantemente exposto ao forte bombardeio das baterias miguelistas postadas em Vila Nova de Gaia. O primeiro assalto em força contra as posições liberais na Serra deu-se a 8 de Setembro de 1832, quando estavam ainda a iniciar as suas obras de fortificação. Neste dia começou o primeiro de muitos ataques àquele reduto, cuja importância estratégica obrigou o exército miguelista a empregar grandes contingentes de tropas e a sofrer pesadas baixas.

Era sob o fogo de artilharia e de armas ligeiras que os trabalhadores e sapadores dos dois exércitos levantavam as fortificações ao redor da cidade e nos seus arrabaldes. Foram constantemente alvo de requisições, tendo que se apresentar às obras, por vezes sob coacção. A documentação administrativa produzida neste período é a prova da necessidade constante de homens para as fortificações e revela-se um património documental precioso, principalmente os manuscritos em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto. São séries documentais relativas aos primeiros decénios do século XIX, passando, obviamente, pelo período do Cerco do Porto. Como exemplo temos o *Livro de Próprias* nº 26, que em folha datada de 10 de Agosto de 1832, refere-se a uma das ordens emanadas para o início das fortificações do Porto, onde o Conde de Vila-Flor, por meio de José Jorge Loureiro, Quartel Mestre General, solicitava à Câmara Municipal que fizesse apresentar para serviço nas fortificações 1.000 pessoas com ferramenta apropriada (pás, enxadas e picaretas). Do mesmo Livro, a 15 de Agosto de 1832, José Jorge Loureiro, de novo dirigindo-se à Câmara Municipal, insistia na necessidade de os contingentes de trabalhadores para as fortificações serem enviados com regularidade e acompanhados de listas nominais remetidas aos engenheiros encarregados dos distritos militares, sendo ainda os turnos de trabalho ampliados de 1 para 3 dias. Isto significa que havia deserções e absentismos, o naquele período seria fatal ao andamento dos trabalhos, devido à rápida concentração das tropas miguelistas à volta da cidade. Era premente que os redutos e baterias estivessem concluídos porque estas necessitavam de para-peitos sólidos onde estivessem abertas canhoneiras devidamente orientadas e com plataformas para os obuses e para os morteiros. Por isso, na documen-

tação analisada, existem pedidos concretos de pessoal ou materiais para determinadas baterias, o que demonstra a sua importância naquele momento.<sup>52</sup>

Contudo, verificamos que a comissão da Câmara Municipal afirmava não ter poder para compelir as pessoas ao citado serviço, embora, no *Livro de Próprias* nº 26, nos registos de 21 de Agosto do mesmo ano, a esta mesma comissão seja solicitado o envio de mais trabalhadores para se apresentarem no Monte Pedral e Aguardente. A provar a urgência de finalizar as fortificações, a 25 de Agosto este sector foi atacado por uma coluna inimiga, embora sem sucesso.

Em 1840, António José Nunes de Meireles, num impresso denominado *O Cerco do Porto em 1832 para 1833*, a partir da página 65, dá-nos uma visão alargada das duas linhas de combate – a de D. Miguel e de D. Pedro. Assim, este autor afirmava que as linhas defensivas levantadas por D. Pedro, em circunferência, mediam mais de 2 léguas, o que equivale a mais de 12 quilómetros. O início da linha junto ao Douro dava-se no cais e sítio do Bicalho, que ainda hoje existe na toponímia que designa o mesmo local na margem norte do Douro, hoje na envolvente da Ponte da Arrábida. Alargava-se então a linha até à Quinta da China, em Campanhã, sendo todos estes sectores cobertos por fortificações levantadas nos pontos altos da cidade, em locais que proporcionassem campos de tiro eficazes contra as baterias miguelistas na margem sul do Douro. A primeira bateria era na Boa Viagem (Bicalho), a segunda na Torre da Marca, a terceira na Bandeirinha, a quarta nas Virtudes, a quinta na Vitória, a sexta no Paço Episcopal, a sétima em Santa Clara, a oitava nas Fontainhas, a nona no Seminário e a décima na Quinta da China. Daqui subia a linha para o norte, encarando Valongo, Valbom e Rio Tinto, onde estavam estacionados fortes contingentes miguelistas. A partir desta linha estavam posicionadas outras baterias que, segundo Nunes Meireles, começavam no mirante de Barros Lima (estampa nº 8 - Bateria do Bom Retiro), bateria esta que defendia o vale de Campanhã, secundada pela bateria da Lomba. Continuava a linha para o alto do Senhor do Bonfim, onde estava a bateria com este nome. Daqui seguia até à bateria das Guellas de Pao, que com a do Bonfim, dominavam o vale e a estrada de Valongo. Depois prolongava-se a linha para a Póvoa de Cima, que dominava o vale das Antas, seguindo para os campos de Aguardente (hoje Praça do Marquês de Pombal), onde estava uma bateria. Na retaguarda deste sector da linha, estava a poderosa bateria do Monte dos Congregados, que além de ser o Quartel General do Conde de Vila-Flor, desde 8 de Setembro de 1832, era uma das baterias do sistema defensivo do Porto com mais importância, dado dominar

---

52 *Copiador dos Offícios Avulsos* nº15, 1826-1832: fl 97-97 verso. (AHMP)

todo o vale das Antas, até à Cruz das Regateiras, na estrada de Guimarães, cobrindo todas as fortificações dentro deste sector. Da Aguardente seguia depois para o Lindo Vale e estendendo-se até ao Monte Pedral, tendo à retaguarda a bateria de S. Brás, que cobria a planície do referido Lindo Vale, e outra bateria no Sério (baterias de D. Pedro e de D. Maria II), que defendia a estrada de Braga e Paranhos. Já no Monte Pedral, a bateria da Glória cobria a área compreendida entre Paranhos, a estrada de Braga, Vale de Regadas e também o reduto das Medalhas. Este dominava o vale de S. Mamede até à estrada de Vila do Conde, tendo na sua frente posições miguelistas importantes, como as de Arroiteia, Tilheira e Forte de D. Miguel. Até 9 de Abril de 1833, o reduto das Medalhas teve também que enfrentar o poderoso reduto do Covelo, que nesse dia foi tomado pelo contingente liberal, comandado pelo Duque da Terceira. Do Monte Pedral continuava a linha até ao Monte Cativo, onde, segundo Nunes Meireles, haveria uma bateria. Porém, na *Carta Topographica das Linhas do Porto*, não está assinalada nenhuma estrutura nesse ponto, sendo a bateria mais próxima a da Ramada Alta. Refere ainda este autor outra bateria na Falperra, que defendia o vale do Carvalhido e que seria, provavelmente, o forte ou a bateria de S. Paulo. Daí seguia a linha para a bateria do Bom Sucesso, que defendia os vales do Carvalhido, Ramalde e Lordelo, sobre a estrada de Matosinhos. Depois a linha chegava a outra bateria, no lugar chamado de Paiva e Pena, que defendia o vale de Lordelo, sobre a planície do norte da Arrábida. Bateria esta que corresponderia à posição de Lordelo assinalada na referida Carta Topográfica. Fechava-se o perímetro desta primeira fase da linha defensiva do Porto, que tinha começado na bateria do Bicalho. Ao longo de todo este perímetro da linha, foram cortadas as ruas e caminhos transitáveis para o coração da cidade, sendo os acessos minados em pontos onde pudessem penetrar colunas de infantaria ou cavalaria.

Apertando-se o cerco à cidade por parte do exército miguelista, é natural que este tentasse também fechar o acesso aos navios através da barra. No início do cerco, para estender a linha até S. João da Foz, os liberais verificaram que não havia guarnição suficiente para esse intento. Contudo, não o fazendo, perderiam o seu único elo com a orla marítima, por onde chegavam armas, munições, têxteis para fardamentos, mantimentos e outros bens de primeira necessidade. Em Janeiro de 1833, depois da chegada de Saldanha ao Porto, D. Pedro encarregou-o de realizar a extensão e alargamento da linha defensiva até ao mar, para evitar o estrangulamento da cidade. Fez-se também a dilatação do exterior da linha desde o Monte Pedral ao Carvalhido, Prelada,



Mirante, Ramalde, Lordelo, Monte do Pasteleiro, directamente até à Senhora da Luz, sobre a praia. Ficou assim livre à circulação a estrada de S. João da Foz para o Porto, o que não obstava a que fosse arriscado lá transitar, devido ao intenso fogo do inimigo.

Construindo as fortificações debaixo de fogo, os liberais obrigaram os miguelistas a abandonar as posições da Luz, Pasteleira e Mirante, logo guarnecidas por tropas constitucionais, sobretudo por forças escocesas sob o comando Major Shaw. O exército miguelista teve que se reposicionar nos poderosos redutos do forte do Castro, forte da Ervilha e forte de Serralves.

Os miguelistas tinham iniciado as suas obras de assédio, distanciados, em média, seis quilómetros (1 légua terrestre), tentando estabelecer novas linhas cada vez mais próximas do Porto para permitir que a sua artilharia pudesse colocar mais eficazmente o seu fogo. Tinham todo o à vontade de escolher posições seguras que permitissem impedir qualquer tentativa de socorro aos sitiados. Citamos Nunes Meireles:

“Uma bateria miguelina foi levantada no Areal do Cabedello ao Sul da desembocadura do Rio Douro junto à Barra, impedindo assim a entrada do mais pequeno barco - 2ª na Pedra do Cão - 3ª em S. Payo - 4ª no Monte da Furada - 5ª no Verdinho - 6ª no Castello de Gaya - 7ª no Pinhal de D. Leonor - 8ª na Barroza - 9ª na Lavoura - 10ª na Fonte Santa - 11ª na Quinta do Fartura - 12ª no Pinhal Miudo - 13ª Bateria Nova - 14ª no Crasto - 15ª em Campo Bello - 16ª em Oliveira - 17ª na Quinta do Baetas - 18ª na Pedra Salgada.”

Estas dezoito baterias ao sul do Douro eram guarnecidas com peças, obuses e morteiros, entre eles a famosa *Paixhans*. Flagelavam a margem norte do Douro e o Convento da Serra do Pilar. Inexplicavelmente, Nunes Meireles, ao longo da descrição das linhas, não se refere ao reduto da Serra, talvez por não o considerar materialmente integrado nas linhas da cidade do Porto.

Achamos importante incluir esta extensa referência de Nuno Meireles, pois além de descrever os pontos fortes das linhas, tanto de D. Pedro como de D. Miguel, refere as áreas cobertas pelas baterias e pelos redutos. No entanto, muitas ficaram por referenciar, como por exemplo, as baterias do Salabert, Monte Branco, Terra Seca e outras pequenas baterias da esquerda da linha defensiva, que correspondem à referida extensão das linhas liberais até S. João da Foz. Aqui, Saldanha aproveitou as vantagens que o terreno oferecia, nomeadamente os muros de divisão dos campos de cultivo. Para contrariar os efeitos do forte miguelista do Castro, construiu num local estratégico a bateria do Pinhal, além de fazer levantar pontos avançados na linha defensiva, como a

casa fortificada do Plácido. Pontos esses denominados de *flechas*, que estavam colocados nos intervalos das baterias e evitavam a ruptura nos flancos das mesmas.

Dos fins de 1832 aos inícios de 1833, a situação na cidade deteriorava-se gradualmente no que respeitava às condições de vida, mercê do aumento do rigor do cerco e especialmente pelos bombardeamentos das baterias miguelistas da Furada, Pedra do Cão e Sampaio. Todas elas faziam fogo sobre a entrada do rio Douro e desembarcadouros da Foz, ao mesmo tempo que a situação se agravava devido à invernia e ao estado do mar. Após o 29 de Setembro, as fortificações liberais ao norte e ao sul do Douro foram reforçadas e fortalecidas. Além disso fizeram-se erguer novas baterias para reforço contra as baterias miguelistas que também se ergueram a fim de aumentar os bombardeamentos contra o Porto e o Convento da Serra. Assim, os liberais construíram as baterias do Cónego Teixeira, da Arrábida e do Ouro para bater as posições miguelistas ao sul do Douro, desde Santo António de Vale da Piedade até à bateria de Sampaio, estas que flagelavam os caminhos entre o Porto e a Foz.

Estava terminado o rigoroso cerco à cidade do Porto e ao Convento da Serra do Pilar, após onze meses e dez dias, que sujeitaram os habitantes aos intermináveis bombardeamentos, combates, árduas privações e as divisões sociais típicas de uma guerra civil. Tinha sido um ano debaixo do fogo constante de artilharia que lançava continuamente balas rasas, bombas, granadas e foguetes incendiários, indiscriminadamente, sobre alvos militares e civis. Viveram-se momentos de fome e surgiram epidemias como a cólera *Morbus*, que provocaram tantas vítimas como os combates em si. Tanto a guarnição liberal sitiada como o exército miguelista sitiante sofreram pesadas baixas entre mortos, feridos e mutilados provocados pelos combates, principalmente pelo fogo de artilharia das dezenas de baterias, fortes e redutos espalhados pelas linhas de D. Pedro e D. Miguel. O cerco afectou igualmente os trabalhadores civis, que durante este período erigiram e fizeram a manutenção das extensas linhas de fortificação de ambos os lados. Ao recordar as mortes e sequelas consequentes do conflito, pretende-se salientar a importância e memórias que as fortificações constituíram e como influenciaram o decurso dos acontecimentos e o resultado de muitos combates.

## BIBLIOGRAFIA:

- Alexander, J. E. (1835). *Sketches in Portugal during the civil war of 1834*. Londres: James Cochrane and Co.
- O Arauto Portuense*. (1832). 17 Nov. – 15 Dez. 1832. Porto.
- Areias, M. (1963). *Uma peça de artilharia para arrazar o Porto*. Porto: Tripeiro, 6ª série. 3 de Setembro.
- Basto, A. M. (1945). *A palavra do Coronel Owen*. Porto: *O Primeiro de Janeiro*. 18 de Maio.
- Basto, A. M. (1932). *O Porto sob metralha*. Porto: *O Primeiro de Janeiro*. 9 de Setembro.
- Beça, A. (1926). *O Porto no tempo de Saldanha*. Porto: Tripeiro, 3ª série. 11 de Junho.
- Beça, A. (1926). *A Serra do Pilar*. Porto: Tripeiro, 3ª série. 5 de Março.
- Beça, H. (1910). *Um episódio do combate de Valongo*. Porto: Tripeiro, 3 de Julho.
- Cardoso, J.B.G (1953). *A Papa-malhados*. Porto: *Tertúlia das Cinco e Meia na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto*.
- O Cerco do Porto. Exposição Comemorativa do 150º Aniversário do Cerco do Porto* (1982). Porto: Casa do Infante.
- Chronica Constitucional do Porto*. Porto: 1-144, Julho-Dezembro de 1832, 1-308, Janeiro-Dezembro de 1833.
- Conversa entre a peça de ferro Paulo Cordeiro e a estátua de pedra O Porto*. (1832). Porto: Imprensa da Gandra & Filhos.
- Cordeiro, J. M. (1895). *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*. Lisboa.
- Dinis, J. (1967). *O General José António da Silva Torres*. Tripeiro, 6ª série. 7 de Julho.
- Ferrão, A. (1940). *O Cerco do Porto (1832-1833)*. In *Reinado de D. Miguel*, vol.I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Freitas, E. A. C. (1954). *Um episódio da Guerra Civil (1832)*. Tripeiro, 5ª série. 10 de Novembro.
- Historia abreviada do Cerco da cidade do Porto durante os annos de 1832*. (1841). Lisboa: Jornal do Exercito Portuquez.
- Historia do Cerco do Porto: a guerra civil, o Sítio do Porto até à morte de D. Pedro IV*. (1870). Porto: Typ. Empreza Popular.

- Historia da Cidade do Porto* (1965). Vol.3. Porto: Portucalense Editora.
- Historia da Restauração de Portugal por S.M.I o Duque de Bragança contendo a relação de batalhas e victorias do exercito constitucional.* (1841). Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert.
- Hodges. G. L. (1833). *Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, duke of Braganza.* Londres: James Fraser.
- Lagoa, R. (1954). *A casa do campo do Rou, antes e durante o Cerco do Porto.* Tripeiro, 5ª série. 10 de Outubro.
- Lima, H.C.F. (1933). *Uma "Berta" no Cerco do Porto em 1832-1833.* Lisboa: Henry Gris & Ca.
- Lima, H.C.F. (1932). *Legião Polaca ou Legião da Rainha Dona Maria Segunda.* Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva.
- Marçal, H. (1957). *A Freguesia de Paranhos e o Cerco do Porto.* Porto: Amigos do Porto.
- Martins, F. (1945). *História do Exército Português.* Lisboa: Editorial Inquérito.
- Mattoso, J. (1992). *História de Portugal.* Vol.5. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Moniz. A.B.C. (1909). *Um episódio do Cerco do Porto.* Tripeiro, 1ª série. 2 de Agosto.
- Napier.C. (1836). *An Account of the War in Portugal between Don Pedro and D. Miguel.* Londres: T. & W. Boone.
- Noticia Official das Operações do Exército Libertador.* Porto, 1-18, Julho de 1832 a Setembro de 1833.
- Ordens do Dia do Exército de D. Miguel.* 1-108, Janeiro a Dezembro de 1832, 1-99, Janeiro a Agosto de 1833.
- Ordens do Dia do Exército de D. Pedro.* 1-230, Outubro de 1828 a Novembro de 1832, 1-117, Novembro de 1832 a Agosto de 1833.
- Owen. H. (1920). *O Cerco do Porto contado por uma testemunha.* Porto: Renascença Portuguesa.
- Owen, H. (1836). *The Civil War in Portugal and the Siege of Oporto.* Londres: Edward Moxon.
- Peres. D. (1935). *História de Portugal.* Vol.7. Barcelos: Portucalense Editora.
- Rubim. N.J.V. (1985). *Artilharia Histórica Portuguesa.* Lisboa: Museu Militar.
- Saint-Pardoux, Barão de. (1835). *Campagnes de Portugal en 1833 et 1834. Relations des principaux évènements et des operations militaires de cette guerre.* Paris : Depot Central de La Librairie et de La Musique.

- Saraiva, J.H. (1983). *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa. Exposição Comemorativa do VI Centenário da Artilharia no Museu Militar do Porto*. Porto: Museu Militar do Porto.
- Soriano, S.J.L. (1890). *História do Cerco do Porto*. Porto: A. Leite Guimarães.
- Torres, J.G.O. (1910). *O Mirante das Guellas de Pau*. Tripeiro, 2ª série. 3 de Setembro.
- Valente, V. (1945). *Achegas Arqueológicas e iconográficas. Vítimas do Cerco do Porto (Casa e Quinta de Agramonte)*. Tripeiro, 5ª série. 1 de Outubro.
- Vitorino, P. (1944). *O Monte Pedral*. Porto: s/ed.

## CARTOGRAFIA

- Atlas das Fortificações do Exército Libertador. Atlas das Fortificações do Exército de D. Miguel no Porto*. Pelos Tenentes de Artilharia Barcellos e Banhos, 1833. (AHMP)
- Carta da Linha de Defesa ao Sul do Douro*. Comissão dos Oficiais Engenheiros do Exército Libertador no Norte, 1834 (AHMP).
- Colecção de Plantas e Perfiz das Fortificações referidas à Carta Geral das Linhas dos Exércitos Libertador e Rebelde no Sítio do Porto – Levantadas e publicadas, por Ordem de S.M.I., pelo Coronel Engenheiro Moreira, 1833 (AHMP).*





Cartas topográficas das Linhas do Porto / AHMP